

PLANO PARA FACILITAR A CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES NO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul, o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e a Decisão Nº 64/10 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a finalidade do Tratado de Assunção é unir cada vez mais estreitamente seus povos, buscando caminhos de integração e progresso econômico e social, para todos os habitantes do MERCOSUL; portanto, sua dimensão social se constitui no lugar natural para desenvolver as políticas voltadas à justiça social e inclusão, em benefício dos nacionais dos Estados Partes.

Que a decisão de avançar em medidas para facilitar a circulação de trabalhadores no MERCOSUL constitui um passo substantivo para a identidade laboral do MERCOSUL e um roteiro para gerar um mercado de trabalho regional, propiciando melhores condições de inserção laboral para os trabalhadores, garantindo-lhes igualdade de tratamento e oportunidades no território dos Estados Partes.

Que o MERCOSUL já produziu instrumentos de política regional fundamentais para a facilitação da circulação de trabalhadores na região: Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul, a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL do ano 1998 e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL.

Que a facilitação da circulação de trabalhadores tem sido tema presente nas reuniões do Subgrupo de Trabalho Nº 10: "Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social" desde sua criação e foi incorporada ao Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.

Que a implementação de um plano para a facilitação da circulação de trabalhadores no MERCOSUL permitirá abordar este tema a partir da especificidade própria das relações trabalhistas, propiciando o diálogo social junto aos atores sociais do mundo do trabalho.

Q
cm
D
spg

**O GRUPO MERCADO COMUM
RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Plano para Facilitar a Circulação de Trabalhadores no MERCOSUL, que consta como Anexo e faz parte da presente Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XCII GMC – Montevideu, 10/VII/13.



ANEXO

PLANO PARA FACILITAR A CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES NO MERCOSUL

O presente Plano tem como objetivo geral desenvolver ações, de aplicação progressiva, tendentes a facilitar a circulação de trabalhadores do MERCOSUL visando a sua inserção formal nas estruturas laborais dos Estados Partes, como uma estratégia para melhorar a qualidade do emprego no MERCOSUL, incluindo suas zonas de fronteira, em conformidade com o estabelecido especialmente na Declaração Sociolaboral e no Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e nos demais instrumentos regionais que têm relação com o tema.

Para tais fins, o plano se desenvolve sobre dois eixos temáticos: a Livre Circulação de Trabalhadores do MERCOSUL e a Livre Circulação de Trabalhadores do MERCOSUL em zonas de fronteiras.

Em cada eixo, a própria complexidade da mobilidade dos trabalhadores leva a interagir com diversas situações, fatores ou relações que, com suas lógicas e efeitos políticos e sociais próprios, estão contidos dentro da mobilidade, e denominam-se dimensões; quais sejam:

- Normativa,
- Cooperação Interinstitucional,
- Emprego,
- Seguridade Social,
- Trabalhos temporários nos Estados Partes,
- Papel dos atores sociais, e
- Difusão, sensibilização e conscientização dos direitos dos trabalhadores do MERCOSUL.

Na implementação do presente Plano, serão priorizadas a dimensão "normativa" e as tarefas relativas à "certificação e formação profissional", "serviços públicos de emprego" e "promoção do emprego" incluídas dentro da dimensão "emprego".

Cada dimensão terá um objetivo específico, para cujo cumprimento se prevê a realização de tarefas específicas.

As tarefas específicas previstas nas distintas dimensões correspondentes aos dois eixos temáticos do presente Plano se desenvolverão no âmbito do SGT N° 10. Para isso, o referido Subgrupo poderá criar, nos termos da normativa vigente, as Comissões e Subcomissões que julgar necessárias.

O SGT N° 10 informará bianualmente o GMC dos avanços alcançados com relação às tarefas específicas previstas no presente Plano.

1.- EIXO “LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES DO MERCOSUL”

1.1. DIMENSÃO NORMATIVA

Objetivo específico:

- Analisar a normativa relativa à circulação de trabalhadores do MERCOSUL a fim de garantir sua aplicação.

Tarefas específicas:

- Analisar a normativa MERCOSUL relativa à circulação de trabalhadores.
- Efetuar um levantamento das normas internas de cada Estado Parte relativas à matéria e analisar sua incidência na circulação de trabalhadores do MERCOSUL.

1.2. DIMENSÃO “COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL”

Objetivo específico:

- Fortalecer a comunicação e a ação coordenada entre organismos governamentais dos Estados Partes – em suas distintas competências vinculadas à matéria e níveis de governo–, bem como entre os órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL que tratem temas vinculados à mobilidade de trabalhadores, a fim de otimizar os resultados das políticas públicas com o objetivo de facilitar a circulação dos trabalhadores do MERCOSUL.

Tarefas específicas:

- Promover mecanismos de diálogo e articulação entre organismos de diferentes áreas de governo dos Estados Partes e entre órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL que tratem temas vinculados à circulação de trabalhadores.
- Realizar atividades de capacitação dos funcionários dos distintos organismos governamentais dos Estados Partes, para que adquiram e/ou aprofundem conhecimentos sobre a facilitação da circulação de trabalhadores e, desse modo, possam aprimorar o desempenho das tarefas a seu cargo.

1.3. DIMENSÃO “EMPREGO”

Objetivo específico:

- Potenciar o acesso aos serviços públicos de emprego dos trabalhadores dos Estados Partes do MERCOSUL e sua inserção laboral nas ocupações e setores definidos como prioritários em nível nacional e local.

Tarefas específicas:

- Articular ações com o GANEMPLE com o fim de incorporar propostas de trabalho desse órgão às tarefas previstas no presente Plano.
- Arrolar as ocupações e setores econômicos que precisem impulsionar a incorporação de trabalhadores e propor incentivos para consegui-lo.
- Desenvolver uma proposta MERCOSUL sobre certificação e formação profissional, de modo a possibilitar ao trabalhador o reconhecimento de suas qualificações profissionais nos Estados Partes.
- Articular os sistemas de informação sobre serviços de Emprego dos Estados Partes, de modo a poder oferecer ao trabalhador do MERCOSUL informações sobre ofertas de trabalho e distintos programas de emprego existentes no MERCOSUL.
- Desenvolver uma proposta MERCOSUL de ações de promoção de emprego para grupos particulares de trabalhadores, como os jovens, entre outros.

1.4. DIMENSÃO “SEGURIDADE SOCIAL”:

Objetivo específico:

- Potenciar, ao amparo da facilitação da circulação de trabalhadores do MERCOSUL, aspectos da seguridade social que coadjuvem a implementação do Acordo Multilateral de Seguridade Social.

Tarefas específicas:

- Identificar eventuais aspectos não contemplados no Acordo Multilateral de Seguridade Social.
- Realizar um levantamento da normativa nacional dos Estados Partes em matéria de seguridade social a fim de identificar aspectos que possam ser harmonizados.

1.5 DIMENSÃO “TRABALHOS TEMPORÁRIOS NOS ESTADOS PARTES”

Objetivo específico:

- Promover ações tendentes a facilitar a circulação de trabalhadores do MERCOSUL para atividades laborais de curta duração, fortalecendo as medidas de proteção de seus direitos.

Tarefas específicas:

- Fomentar ações e eventualmente propostas normativas para garantir os direitos dos trabalhadores do MERCOSUL contratados para atividades laborais de curta duração em outro Estado Parte.

- Detectar as dificuldades que encontram as empresas e os grupos de empresas sediadas em mais de um Estado Parte para transferir seus trabalhadores e elaborar propostas tendentes a superar tais dificuldades.

1.6. DIMENSÃO “PAPEL DOS ATORES SOCIAIS”: DIÁLOGO SOCIAL

Objetivo específico:

- Fortalecer os espaços de diálogo social regional, promovendo as diversas formas de participação dos atores sociais, para atingir a facilitação da circulação de trabalhadores do MERCOSUL.

Tarefas específicas:

- Dar participação aos atores sociais em diferentes instâncias de implementação do presente Plano.
- Compilar informações sobre a negociação coletiva nos Estados Partes, através da elaboração de uma Memória sobre o art. 10 da Declaração Sociolaboral.
- Analisar e identificar possíveis linhas de ação comuns para incorporação de cláusulas de negociação coletiva em cada Estado Parte para facilitar a circulação de trabalhadores.

1.7. DIMENSÃO “DIFUSÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DO MERCOSUL”

Objetivo específico:

- Difundir adequadamente os direitos dos trabalhadores do MERCOSUL, bem como as políticas de trabalho decente executadas por organismos governamentais, em todos seus níveis de governo.

Tarefas específicas:

- Desenvolver e executar estratégias comunicacionais, ao amparo da política comunicacional do MERCOSUL, para difundir os direitos dos trabalhadores do MERCOSUL, bem como as políticas de trabalho decente aplicadas pelos organismos governamentais, em todos seus níveis de governo.

2. - EIXO “LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES DO MERCOSUL EM ZONAS DE FRONTEIRA”

2.1. DIMENSÃO “NORMATIVA”

Objetivo específico:

- Elaborar um projeto de norma para facilitar a circulação dos trabalhadores do MERCOSUL em zonas de fronteira.

Tarefas específicas:

- Identificar e analisar as particularidades das zonas de fronteira, a fim de elaborar um projeto de norma para facilitar a circulação dos trabalhadores do MERCOSUL nas mencionadas zonas.

2.2. DIMENSÃO “COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL”

Objetivo específico:

- Fortalecer a comunicação e a ação coordenada entre organismos governamentais dos Estados Partes – em suas distintas competências vinculadas à matéria e níveis de governo–, bem como entre os órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL que tratam temas vinculados à mobilidade de trabalhadores, a fim de otimizar os resultados das políticas públicas com o objetivo de facilitar a circulação dos trabalhadores do MERCOSUL em zonas de fronteira.

Tarefas específicas:

- Promover mecanismos de diálogo e articulação entre os organismos de diferentes áreas de governo dos Estados Partes e órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL vinculados à facilitação da circulação de trabalhadores em zonas de fronteira.
- Realizar atividades de capacitação dos funcionários dos distintos organismos governamentais dos Estados Partes, para que adquiram e/ou aprofundem conhecimentos sobre a facilitação da circulação de trabalhadores em zonas de fronteira e, desse modo, possam aprimorar o desempenho das tarefas a seu cargo.

2.3. DIMENSÃO “EMPREGO”

Objetivo específico:

- Potenciar o acesso aos serviços de emprego dos trabalhadores dos Estados Partes do MERCOSUL e sua inserção nas ocupações e setores econômicos, definidos como prioritários em cada zona de fronteira.

Tarefas específicas:

- Articular ações com o GANEMPLE com o fim de incorporar propostas de trabalho desse órgão às tarefas previstas no presente Plano.
- Desenvolver processos específicos de certificação e formação profissional em zonas de fronteira.
- Coordenar ações entre Escritórios de Emprego sediadas em localidades fronteiriças vinculadas.

- Coordenar as ações de promoção do emprego que se desenvolvem em zonas de fronteira.

- Realizar pesquisas com a participação de universidades locais, sindicatos, câmaras empresariais e outros atores chave, sobre zonas de fronteira determinadas, de modo a detectar suas necessidades produtivas específicas e realizar propostas de ação.

- Realizar ações de articulação com órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL vinculados à temática do trabalho em zonas de fronteira.

2.4. DIMENSÃO “PAPEL DOS ATORES SOCIAIS”:

Com base no expressado no item 2.3 e em uma perspectiva local, reporta-se ao assinalado no item 1.6.

2.5. DIMENSÃO “DIFUSÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DE FRONTEIRA DO MERCOSUL”

Com base no expressado no item 2.3, reitera-se o assinalado no item 1.7.

Three handwritten signatures in purple ink are located on the left side of the page. The top signature is a stylized, circular mark. The middle signature is a more complex, flowing script. The bottom signature is a bold, blocky script.